



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	TECNOLOGIAS DE GOVERNO E INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA: DISPUTAS EM TORNO DA POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS
Autor	PATRICIA VILANOVA BECKER
Orientador	CLAUDIA LEE WILLIAMS FONSECA

A pesquisa situa-se, por um lado, em uma perspectiva da biopolítica em que as tecnologias de governo são articuladas para alcançar determinados objetivos políticos e morais e, por outro, em análises calcadas na antropologia da prática que focaliza a observação do que é feito por cientistas, gestores, técnicos, mediadores e outras pessoas que, ao se envolverem, modificam e eventualmente re-fundamentam as tecnologias de governo. O corpus de análise é constituído pelas propostas legislativas em torno da internação compulsória de usuários e dependentes químicos, com enfoque no Projeto de Lei 7.663/2010 que altera a Lei Nacional de Drogas (Lei 11.343/2006), bem como pelos embates jus-políticos em torno da mesma. Constituem ferramentas de análise as seguintes etapas metodológicas, sucessivamente: análise etnográfica de sessão plenária realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre acerca do PL 7.663/2010; análise do processo legislativo de construção da PL 7.663/2010 através dos portais eletrônicos da Câmara e do Senado Federal; revisão bibliográfica de teses produzidas acerca do instituto da “internação compulsória” de maneira geral. Busca-se a) identificar os atores que tornaram a criação do PL 7.663/2010 possíveis no contexto brasileiro; b) investigar que modificações a aprovação do PL 7.663/2010 tem o condão de gerar na atual política de drogas orientada pela atual Lei Nacional de Drogas; c) investigar quais são os embates em torno da PL 7.663/2010 em confronto com a Lei 10.216/2001 que dispõe sobre a chamada “Reforma Psiquiátrica”. Como análise preliminar relativa à primeira etapa metodológica, indicamos que a PL 7.663/2010 é circundada por disputas jus-políticas nas quais os campos do direito e da medicina apresentam-se como discursos mais legitimados que outros na esfera pública. A aprovação da lei gera, ainda, tensões de ordem política envolvendo profissionais do sistema público de saúde, autodenominados “movimento social em defesa do SUS”, no que tange o modelo de política de drogas na qual a Lei da Reforma Psiquiátrica adquire relevância. O trabalho atual vincula-se à pesquisa “A produção e uso de novos conhecimentos científicos nas tecnologias do governo”, projeto atual da orientadora.